

**Reescrevendo a história de Porto Velho/RO a partir do bairro
Arigolândia: identidades de raça transformadoras na formação
da cidade e protagonismos subalternos**

*Reescribiendo la historia de Porto Velho/RO a partir del barrio
Arigolândia: identidades raciales y protagonismos subalternos en la
conformación de la ciudad*

E2_09 - Territórios, entre escalas e temporalidades

Regina Célia Gonçalves Morão

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil
regina.morao@ifro.edu.br

Anie Caroline Afonso Figueira

Universidade de Brasília-UnB - Campus Darcy Ribeiro, Brasil
anieline@gmail.com

Resumo: A história do surgimento do estado de Rondônia e sua capital, Porto Velho, é permeada por conflitos de interesse, ciclos econômicos e exploratórios e correntes migratórias. Dentre estes ciclos, a exploração da borracha na Amazônia foi um dos mais marcantes para a formação da cidade, exigindo um grande contingente de trabalhadores, resultando na migração massiva de retirantes nordestinos, os “arigós”, para trabalhar como soldados da borracha nos seringais da região, em virtude da Segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que nasce o bairro Arigolândia, em meados de 1940, a partir dos grandes barracões construídos para abrigar, confinar e treinar os jovens, até que fossem escolhidos por algum seringueiro. Estima-se que 55 mil nordestinos tenham desembarcado na capital buscando o “ouro branco” impulsionados por promessas de auxílios às famílias que permaneceram no nordeste. No entanto, essa busca cobrou um preço alto, seja pelo desconhecimento dos perigos da região, como doenças endêmicas, hostilidade do ambiente, mas também pela submissão a regimes de trabalho extenuantes. Muitos não resistiram, outros, cerca de 12 mil, retornaram para casa, enquanto os sobreviventes permaneceram, formando o bairro e contribuindo para a expansão da cidade. Apesar da importância desse povo na construção e

desenvolvimento da cidade, na sua formação territorial e cultural, a memória que ainda existe é fruto de um processo de resistência. Este trabalho busca evidenciar o protagonismo dos arigós nesse processo, com base em revisão bibliográfica e documental, partindo da premissa benjaminiana de escovar a história a contrapelo, lançando luz ao protagonismo dos arigós no fazer cotidiano da cidade, que moldou a identidade beradeira, ou aqueles que vivem na beira do Rio. A identidade beradeira, fruto da fusão entre saberes cearenses e o território amazônico, se mantém viva, ainda que ameaçada, em um processo diretamente ligado aos debates sobre classe, raça e colonialismo.

Palavras-chave: Arigolândia; Porto Velho; Amazônia; Colonialismo; Raça.

Resumen: *La historia del surgimiento del estado de Rondônia y su capital, Porto Velho, está permeada por conflictos de interés, ciclos económicos y exploratorios, y corrientes migratorias. Entre estos ciclos, la explotación del caucho en la Amazonía fue uno de los más marcantes para la formación de la ciudad, exigiendo un gran contingente de trabajadores y resultando en la migración masiva de retirantes nordestinos, los “arigós”, para trabajar como “soldados del caucho” en los seringales de la región, en el contexto de la Segunda Guerra Mundial. Es en este escenario donde nace el barrio Arigolândia, a mediados de la década de 1940, a partir de los grandes barracones construidos para albergar, confinar y entrenar a los jóvenes, hasta que eran elegidos por algún seringalista. Se estima que 55 mil nordestinos desembarcaron en la capital buscando el “oro blanco”, impulsados por promesas de ayuda para las familias que permanecieron en el noreste. Sin embargo, esta búsqueda cobró un alto precio, ya sea por el desconocimiento de los peligros de la región, como enfermedades endémicas y la hostilidad del ambiente, pero también por la sumisión a regímenes de trabajo extenuantes. Muchos no resistieron; otros, aproximadamente 12 mil, regresaron a casa, mientras que los supervivientes permanecieron, formando el barrio y contribuyendo a la expansión de la ciudad. A pesar de la importancia de este pueblo en la construcción y desarrollo de la ciudad, en su formación territorial y cultural, la memoria que aún existe es fruto de un proceso de resistencia. Este trabajo busca evidenciar el protagonismo de los arigós en ese proceso, con base en una revisión bibliográfica y documental, partiendo de la premissa benjaminiana de cepillar la historia a contrapelo, arrojando luz sobre el protagonismo de los arigós en el hacer cotidiano de la ciudad, que moldeó la identidad beradeira — la de aquellos que viven en la orilla del río. La identidad beradeira, fruto de la fusión entre los saberes cearenses y el territorio amazónico, se mantiene viva, aunque amenazada, en un proceso directamente ligado a los debates sobre clase, raza y colonialismo.*

Palabras-clave: Arigolândia; Porto Velho; Amazonia; Colonialismo; Raza.

Introdução

Este artigo trata da ideia de apagamento contínuo da identidade nordestina na construção da cidade de Porto Velho, aqui simbolizado pelo recorte no bairro da Arigolândia. Embora existam muitas pesquisas históricas que expliquem a importância dos arigós e o seu significado, há pouca preservação dessa memória que faça demarcações concretas desse passado na história da cidade. Pelo contrário, ao construir uma ideia de cidade de contínua colonização e tentar compreendê-la como uma cidade de todos, o que se gera é uma percepção de que esta não é uma cidade que pertença a ninguém, enquanto uma identidade unificada. Sem uma identidade própria fortalecida, a cidade pode então passar por mais e mais ciclos de colonização, sem que as pessoas da cidade se sintam pessoalmente afetadas por essas mudanças.

Esta pesquisa tem o intuito de resgatar a produção da cidade e da sua cultura pela população vinda da região nordeste do Brasil durante os ciclos da borracha, mais especificamente no período do II Ciclo, que foram importantes o suficiente para demarcar no território urbano um bairro inteiro, hoje na centralidade da cidade, que leva o nome de Terra dos Arigós, ou Arigolândia. Muito disso tem a ver com uma demarcação toponímica que não pode ser apagada, muito embora a cultura desses diferentes povos nordestinos e a sua contribuição para a identidade local seja constantemente minorizada e passe por um processo de invisibilização, que durante a ditadura civil-militar no Brasil, passou inclusive por um processo de censura por parte desse mesmo grupo.

O exercício proposto se embasa na proposta de Walter Benjamin no texto “Teses Sobre o Conceito da História” (1987), em que o filósofo propõe a utilização do método materialista histórico dialético para retaliar de algum modo o passado, uma vez que nada que tenha acontecido pode ser perdido na história. Seria possível, assim, trazer uma redenção que colocasse em perspectiva que, se hoje Porto Velho é uma cidade estruturada e funcional, isso se dá em virtude dos sacrifícios constantes feitos por esse povo. Ou como Benjamin (1987) expressa de forma enfática, que não é possível contar a história humana sem considerar que essa é uma história de luta de classes, uma luta por “coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais” (p. 223).

Para o referido autor, os bens culturais são aqueles que não podem ser percebidos sem serem lembrados com horror, porque não há nem nunca houve um monumento de cultura que não seja também um monumento de barbárie. Logo a cultura não é isenta da barbárie, e tampouco é também a transmissão dessa mesma cultura. Assim, o dever do historiador, no caso destas historiadoras da cidade, é o de escovar a história a contrapelo. Busca-se, com isso, conectar a toponímia de um bairro central da cidade de Porto Velho às diferentes identidades nordestinas que compõem seu surgimento e, por fim, à produção e reprodução da cultura popular nordestina presente nas festas da cidade, bem como ao exercício ativo do Estado em coibir essas manifestações culturais populares durante o regime militar, um período marcado pelo contexto da Guerra Fria.

Deste modo, este trabalho busca evidenciar o protagonismo dos arigós no processo de formação e desenvolvimento de Porto Velho, combatendo o apagamento de sua memória e identidade. A partir do recorte espacial do bairro Arigolândia, lançamos luz sobre a contribuição desses sujeitos subalternos na moldagem da identidade cultural local - a “identidade beradeira” - analisando este processo à luz dos debates sobre classe, raça e colonialismo.

Metodologia

Construído a partir de uma investigação qualitativa e orientada pela premissa benjaminiana de escovar a história a contrapelo, este trabalho parte de uma investigação arquivística e bibliográfica, buscando desvelar narrativas silenciadas e protagonismos subalternos na formação da cidade de Porto Velho/RO, contrapondo as versões hegemônicas que perpetuam o apagamento da memória dos arigós.

A pesquisa se fundamenta em uma revisão bibliográfica e documental crítica, articulando fontes primárias e secundárias, de modo que foram consultadas produções bibliográficas referenciais sobre a história da Amazônia e os ciclos migratórios, com ênfase nos autores que discutem a Batalha da Borracha e a formação territorial de Rondônia, como Benchimol, Domingues Teixeira, Borzacov e Santos. Além disso, documentos históricos e iconográficos foram de grande importância, como registros fotográficos, cartas e relatórios oficiais, que podem ser problematizados do ponto de vista crítico de quais são os seus estamentos de verdade na construção de um imaginário coletivo. Ademais, também foram consultadas pesquisas e produções acadêmicas locais, incluindo dissertações e teses que abordam a identidade cultural e a memória social em Porto Velho, essenciais para capturar a complexidade do processo de hibridismo cultural e resistência.

O trabalho apresenta um recorte espacial centrado no bairro Arigolândia, emblemático não somente pela sua origem através de um campo de concentração dos “soldados da borracha”, como também pela sua localização central na cidade atualmente. Outrossim, o recorte temporal abrange o período do 2º Ciclo da Borracha na região, também conhecido como Batalha da Borracha (meados de 1940) e suas consequências e desdobramentos até a contemporaneidade, buscando compreender como os processos de invisibilização e resistência se prolongam e se transformam até a atualidade.

Desenvolvimento

Contexto histórico: a batalha da borracha e a criação do soldado

A história do surgimento do estado de Rondônia e sua capital, Porto Velho, é permeada por conflitos de interesse, ciclos econômicos e exploratórios e correntes migratórias. Dentre estes ciclos, o segundo ciclo de exploração da borracha na Amazônia foi um dos mais marcantes para a formação da cidade e especialmente na formação do bairro que se trata neste artigo.

Faz-se oportuno elucidar que o primeiro ciclo da borracha ocorreu entre 1830 e 1860, quando a região amazônica foi uma das maiores produtoras e exportadoras de látex do mundo, tendo declínio em 1912 e ressurgindo brevemente na Segunda Guerra Mundial, quando os estadunidenses perderam acesso às principais fontes de borracha natural no sudeste asiático (Lima, 2019). Aqui, seus interesses se voltaram para o Brasil, mais especificamente para a Amazônia, região abundante do famoso “ouro branco”, matéria prima essencial para atender as demandas militares durante a guerra.

Benchimol (2010) relata que é nessa ocasião que a Amazônia se viu envolvida em um conflito mundial, quando houve um retorno forçado do monopólio da borracha silvestre e também pelos compromissos assumidos pelo Brasil, com a assinatura dos “Acordo de Washington”, firmados em 1942 com o governo norte-americano. Os acordos visavam ativar a produção da borracha

amazônica, fixando preços, prazos, bonificações, entre outros. É importante ressaltar que os objetivos de cada governo eram, de certa forma, conflitantes: enquanto os americanos tinham interesse pela urgência e curto prazo, Vargas vislumbrou “uma oportunidade de avançar seus projetos de poder e reorganização dos espaços, fronteiras, economias e de sociedade” (Domingues Teixeira, 2020, p. 200).

Foi nesse contexto que o Estado plantou, com intenção estratégica, a noção de uma Amazônia deserta, despovoada, uma narrativa que rapidamente se enraizou no imaginário nacional como justificativa para a colonização da região. E assim, o então presidente deu início ao programa “Batalha da Borracha”, que, diferentemente do que o nome propõe, não se refere a um conflito armado, mas à uma mobilização, um programa de envio de trabalhadores para os seringais amazônicos, que nessa conjuntura ganham a denominação de “soldados da borracha”.

Essa denominação tinha o propósito de evidenciar que esses seringueiros seriam mais que trabalhadores, seriam soldados a serviço da pátria, grandes heróis na linha de frente da floresta amazônica. A retomada da produção gomífera no vale do Madeira impulsionou um novo ciclo de prosperidade econômica, criando as condições para que a região ganhasse destaque estratégico no cenário nacional. Esse crescimento culminou, em 1943, na criação do Território Federal do Guaporé — atual estado de Rondônia —, consolidando a presença administrativa do governo brasileiro na Amazônia Ocidental. Nessa ocasião, Porto Velho se torna a primeira capital do Território (Domingues Teixeira, 2020). A Figura 01 mostra a atual área urbana de Porto Velho e a localização da área de estudo deste artigo, o bairro Arigolândia.

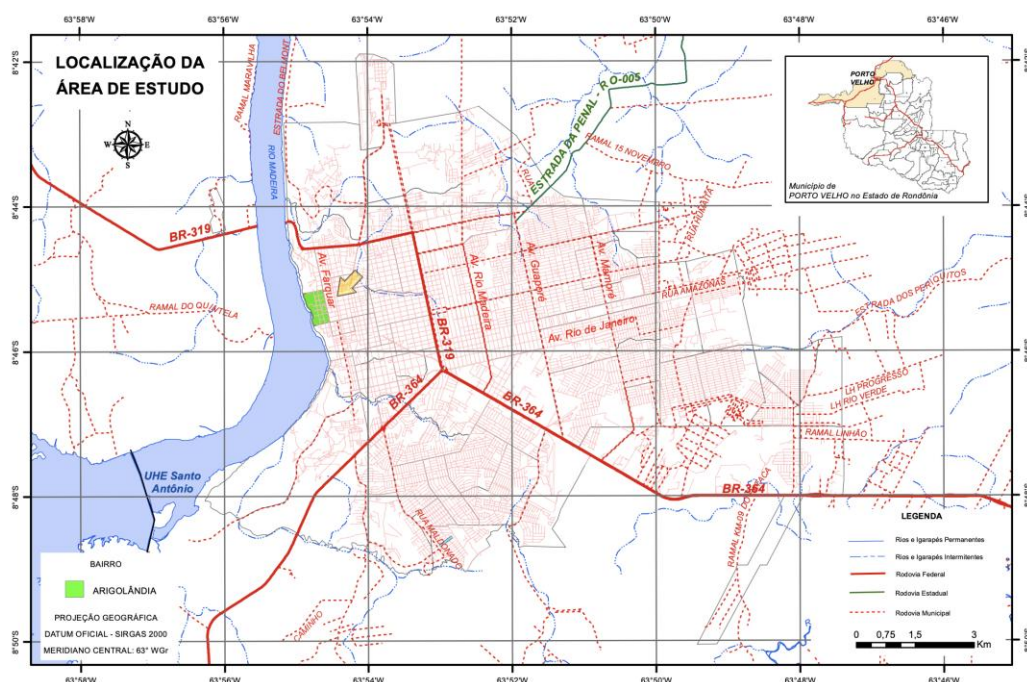


Figura 01: Localização da área de estudo - bairro Arigolândia, Porto Velho (RO). Fonte: das autoras¹, janeiro de 2026.

¹ Mapa concebido por Regina C. G. Morão e elaborado por Charllles da Silva Barata, com base cartográfica da folha *Porto Velho* (SC.20-V-C-V, MI 1392), DSG (1980), e dados do SIPAM, UE/IBGE/RO, INCRA/RO, DER/RO e SEPLAN/RO. Dados e montagem temática georreferenciados nos softwares Global Mapper v. 26.10 e QGIS Desktop 3.40

Se a criação do Território representava a consolidação administrativa do projeto colonizador, a Figura 02 revela a face concreta dessa empreitada: nessa imagem é possível ver o desembarque dos arigós em Porto Velho. Em último plano é possível identificar a floresta amazônica, seguida do Rio Madeira e, junto a este, as típicas construções ribeirinhas que acompanham o subir e o baixar do rio, que posteriormente irão demarcar um imaginário de precariedade ao qual será atribuído o termo pejorativo de “beradeiro”, aquele que vive na beira do rio. Em fila ordenada sob a vigilância simbólica do busto de Getúlio Vargas, os migrantes marcham em direção ao campo de repouso que lhes daria o nome de Arigolândia. A imagem materializa a transformação do retirante nordestino em “soldado da borracha”, encapsulando a complexa dialética entre o voluntarismo oficial e a disciplina militarizada que caracterizou a Batalha da Borracha no período de institucionalização do Território.



Figura 02: O Desembarque dos Arigós em Porto Velho (1944). Fonte: Domingues Teixeira (2020, p. 188) [adaptado]

Domingues Teixeira (2020) conta que os governos calculavam que era necessário cerca de 100.000 novos trabalhadores destinados imediatamente aos seringais e que a mão de obra era abundante e ociosa no Nordeste. A ideia de uma Amazônia primitiva, selvagem e insalubre, que necessitava de progresso e civilização esteve presente no discurso de Vargas ao visitar a cidade de Manaus (AM) em 1940. O mesmo autor ainda destaca que, para o referido presidente, somente um povo trabalhador, resistente e incansável seria capaz de colonizar e transformar a Amazônia, enfrentando todas as adversidades: o povo nordestino. Sendo assim, o movimento de migração que se desenvolveu entre 1940-1943, se constituía principalmente de cearenses, que se deslocavam do interior com suas famílias, “retirantes nordestinos tangidos pela seca e ou atraídos pela seringa” (Benchimol, 1992, p. 227), que tinham a intenção de “chegar-enricar-e-voltar-se Deus-permitir” (Benchimol, 1992, p. 228). O medo de ser alistado para os fronts de guerra na Europa, pressões familiares, adversidades ambientais, a possibilidade de se tornar um proprietário em uma localidade sem seca e sem senhores também eram motivos que levavam esses migrantes à Amazônia (Domingues Teixeira, 2020).

Esse processo, no entanto, não foi natural ou espontâneo. Como observa Medeiros (2003), o processo de ocupação da Amazônia não se deu de forma ingênua, mas como resultado de uma ação estatal cuidadosamente planejada. O governo, plenamente ciente das consequências sociais e ambientais de suas políticas, utilizou o sofrimento dos trabalhadores nordestinos e o confronto com os povos originários como instrumentos de um projeto maior de expansão territorial e controle geopolítico. Essa ocupação, marcada pelo sacrifício e pela dor, revela que a chamada “integração nacional” da Amazônia foi, antes de tudo, uma estratégia de poder, em que o Estado agiu de maneira deliberada e consciente sobre os destinos da região e de seus habitantes.

Arigolândia: do campo de concentração ao bairro

Localizada na região Amazônica, Porto Velho também foi uma das cidades que receberam esses homens, que em seguida eram destinados aos seringais dos vales do Madeira e Guaporé. O bairro Arigolândia inicia sua formação com dois barracões de madeira com cobertura de palha que foram construídos para alojar os futuros seringueiros trazidos pelo Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), que chegariam na terceira classe dos navios “gaiolas” do Serviço de Navegação da Amazônia e da Administração dos Portos do Pará (SNAPP). Borzacov (2016) relata que o engenheiro agrônomo Edgar de Souza Cordeiro e o capitão Ênio dos Santos Pinheiro, foram designados para desmatar e limpar uma área à margem direita do Rio Madeira, onde havia um araçazal nativo para a construção destes barracões.

Segundo Lima (2107) os homens desembarcavam no Porto Cai N'Água para em seguida serem levados aos barracões. O autor conta que esse trajeto era realizado sob escolta policial e mira de armas, até chegar nos barracões, também conhecidos como campo de pousio, de repouso, de espera ou de concentração² pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Domingues Teixeira (2020) narra que esse local era uma espécie de acampamento provisório, cercado por arame farpado e mantido sob vigilância armada na parte interna para manter a disciplina dos abrigados e externamente para impedir fugas ou invasões. Neste local, os sujeitos eram submetidos a treinamentos de caráter militar, com leis rígidas e muita disciplina.

O processo desde o alistamento, embarque e deslocamento dos seus locais de origem até os campos de concentração era morosa, cheia de brigas e doenças dentro das embarcações de péssimas acomodações, além de confusões em cada porto de desembarque. No local de origem, antes da embarcação, os alistados eram mantidos em um desses campos e submetidos a uma estrutura higienista, reguladora e militarizada, com horários rígidos, onde praticavam exercícios físicos e recebiam orientações do trabalho no seringal, além de apoio espiritual e avaliação médica (Domingues Teixeira, 2020).

Na cidade de Porto Velho, esse campo foi chamado de Arigolândia, em decorrência dos acampados serem conhecidos pelo nome pejorativo “arigós”, termo que será explanado no próximo tópico. Esse espaço (Figura 03)³ contava também com uma área aberta para livre

² Existiam pousos e hospedarias em várias Cidades do Norte e Nordeste: podemos citar os mais lembrados pelos Soldados da Borracha: Pouso do Prado, em Fortaleza; Hospedaria de Tapanã, em Belém e a Hospedaria de Ponta Pelada, em Manaus. Porém, em Juazeiro - BA, Natal e Mossoró – RN, Teresina – PI e São Luiz – MA, também existiam pousos e pontos de concentração, que no fim eram estruturas físicas semelhantes. (Lima, 2013, p. 78).

³ A Figura em questão não retrata especificamente o campo do bairro Arigolândia, mas uma contextualização de como eram os campos nas cidades de embarque e desembarque dos soldados da borracha.

circulação, onde os homens recebiam treinamentos de exercícios calistênicos e aprendizado teórico para o trabalho nos seringais (Domingues Teixeira, 2020).



Figura 03: Arigós concentrados em campo realizando exercícios calistênicos. Fonte: Domingues Teixeira (2020, p. 207) [adaptado], a partir de Reproduções: Museu do MAUC apud Seringal Guapimirim.

A imagem mostra um campo de pouso típico do período, revelando padronização de um sistema disciplinar, onde um grupo de futuros soldados da borracha estão executando exercícios físicos sob terra batida, em uma área cercada. É importante ressaltar a justaposição de paisagens nesta imagem: em primeiro plano, a arquitetura temporária do controle e, ao fundo, transcendendo os limites do terreno, uma arquitetura tradicional e consolidada de um núcleo urbano, com edificações de alvenaria e telhados coloniais. Este enquadramento retrata a experiência comum de milhares de migrantes nos diversos pontos de concentração: arrancados de sua terra natal, confinados em um espaço militar de disciplina, tendo como pano de fundo a cidade que os aguardava, não como cidadãos, mas como força de trabalho e exploração a ser distribuída nos seringais.

Ao chegarem nos barracões de destino, deveriam armar suas redes, cuidar dos seus pertences e tomar conhecimento dos próximos passos (Domingues Teixeira, 2020). Permaneciam nesses locais até serem escolhidos pelos agentes dos seringais, os quais faziam a seleção dos trabalhadores de forma semelhante ao que ocorria no período escravista. A desumanização desse processo fica ainda mais evidente no relato da historiadora Bozarcov (2007), quando conta que os homens eram enfileirados e examinados fisicamente, onde eram avaliados, entre outros aspectos, pelo formato de suas pernas: as mais finas indicariam resistência e habilidade para percorrer diariamente as estradas da seringa, enquanto as grossas eram motivo de rejeição. A autora acrescenta que havia um preconceito declarado contra retirantes pernambucanos e paraibanos, que eram rotulados de “brigões”, o que possivelmente seria uma justificativa para descartá-los. Esse processo cruel e discriminatório revelava a lógica de exploração que sustentava o ciclo da borracha: o corpo do trabalhador era reduzido a instrumento de lucro, escolhido e descartado conforme sua utilidade.

Esta lógica da exploração encontra eco na análise de Lima (2019), que comprova através de cartas da época o tratamento dispensado a esses trabalhadores. Com o objetivo de reconstruir um pedaço da história local no período histórico do segundo ciclo da borracha, Jória Baptista de Souza Lima (2019) analisa a narrativa contida nas cartas trocadas entre o piloto norte-americano McHenry⁴

⁴ Serviu como piloto da Rubber Development Corporation em Porto Velho, durante a II Guerra Mundial, transportando borracha e seringueiros arquivado (Lima, 2019).

para seu amigo brasileiro Aluizio Ferreira⁵, apresentando como se deu o contato entre habitantes da região e os que foram em busca de melhores condições de vida, enriquecer ou servir aos interesses do seu país de origem.

A autora comprova através das cartas, que além da motivação colonialista, é possível observar uma desumanização, um descaso para com os nordestinos, que somente eram vistos como mão de obra barata para exploração da borracha. Milhares deles foram trazidos amontoados em navios em condições precárias, em direção à uma região desconhecida. De acordo com Lima (2019), o governo brasileiro recebia um dólar por cada homem. Aqui, é visível a exploração deste povo à custa de um trabalho similar, se não igual, ao escravo, constituindo a própria colonialidade. É importante ressaltar que os habitantes nativos da região, indígenas e caboclos, também eram colocados à margem e tratados como inferiores ou inexistentes.

Quando o campo foi desativado, o espaço começou a sua transformação em bairro. Resistiam ao seu redor os alojamentos dos guardas que garantiam a segurança do espaço, algumas moradias e pequenos comércios. De acordo com Domingues Teixeira (2020), parte dos trabalhadores sequer chegou aos seringais, seja por indisciplina, inaptidão ou influência de autoridades locais que controlavam esses homens. Sendo assim, muitos permaneceram nas proximidades da cidade, onde ergueram barracos simples de madeira e palha, cultivando pequenas roças e criando animais para subsistência. Outros se dedicaram ao comércio informal ou foram empregados como mão de obra na construção dos primeiros bairros residenciais de operários da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM).

Reaproveitando o espaço, surge aqui, em 1944, o Quartel da Guarda Territorial do Guaporé⁶, rodeadas “por casebres de adobe ou madeira cobertos de palha e sem nenhum conforto, anunciando o nascimento do bairro Arigolândia” (Domingues Teixeira, 2020, p. 194). A Figura 04 registra essa transição espacial: à esquerda, a área inicial de instalação, um terreno vasto e ainda não consolidado, com vegetação rala e caminhos informais, revelando a apropriação inicial do espaço; à direita, as primeiras edificações se organizam de forma orgânica, ao longo de um eixo não pavimentado. A letra “A” indica a localização do campo de concentração e posterior Quartel da Guarda Territorial.

⁵ Aluizio Pinheiro Ferreira é um personagem muito conhecido na história de Rondônia e sua capital. Foi um militar e político brasileiro, reconhecido por sua atuação na nacionalização da Ferrovia Madeira-Mamoré e por ter sido o primeiro governador do então Território Federal do Guaporé, que mais tarde se tornaria o estado de Rondônia (Lima, 2019). Desde 1957, o estádio da cidade, localizado no bairro Arigolândia, leva seu nome.

⁶ Em 1971, inicia-se um processo de transformação da Guarda Territorial em Polícia Militar, o que efetivamente aconteceu somente em 1977. Isso ocorreu porque em 1969, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 411, de 08 de janeiro de 1969, dispôs sobre a nova administração dos Territórios Federais, que previa, na nova estrutura, a criação da Secretaria de Segurança Pública (SSP), tendo a Polícia Militar como subordinada (Santos Junior, 2021).



Figura 04: Transição espacial do bairro Arigolândia. Fonte imagem à esquerda: Silva (2015, p. 184), adaptado pela autora. Fonte imagem à direita: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Acervo dos trabalhos geográficos de campo, [19–], adaptado pela autora.

Além de retratar o Quartel da Guarda Territorial em 1940, 1944, 1976 e 1977 respectivamente, o conjunto de imagens a seguir (Figura 05) revela a continuidade material e simbólica de um espaço marcado pela ação do Estado. As imagens retratam uma metáfora visual da violência institucionalizada, demonstrando como o Estado manteve sua presença coercitiva no território, mesmo após a desativação do campo, dirigida aos que recusaram o destino dos seringais e permaneceram e reinventaram suas vidas nas margens da cidade.

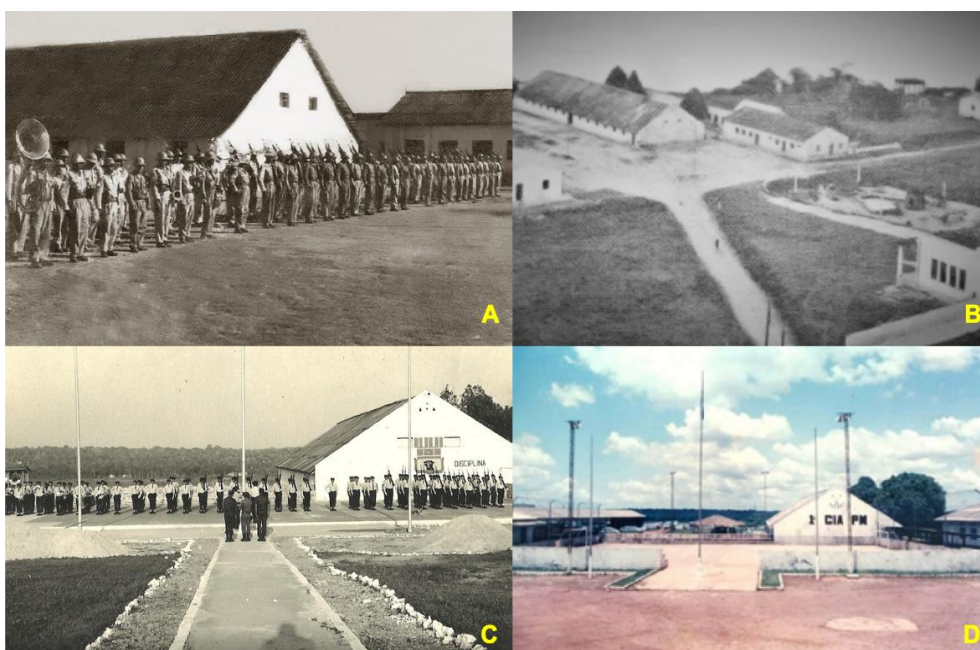


Figura 05: Imagens do Quartel da Guarda Territorial ao longo do tempo⁷, erguido no mesmo local do Campo de Concentração Arigolândia. (A) O quartel em 1944. Fonte: Domingues Teixeira (2020, p. 213);

⁷ Durante a pesquisa, as imagens foram encontradas em fontes diversas, como: acervo informal de memória coletiva (Grupos de Facebook), bem como em outros trabalhos acadêmicos e, por fim, no acervo digital da PMRO. Ainda assim, o período informado na imagem pode estar equivocado.

(B) O quartel em 1960. Fonte: Acervo PMRO; (C) Curso de Formação de Soldados (1976). Fonte: Silva Junior (2021, p. 127); (D) 1ª Companhia da Polícia Militar, em 1977. Fonte: Acervo PMRO. Todas as imagens foram adaptadas pela autora.

As imagens apresentam a mesma estrutura edificada em diferentes momentos históricos, atravessada por distintas funções institucionais. Na imagem “A”, o Quartel da Guarda Territorial já se encontra instituído. Em primeiro plano, os guardas posam uniformizados e armados, evidenciando o aparato coercitivo do Estado. Enquanto isso, invisível na imagem, mas presente na história, o bairro se forma a partir das casas de madeira e palha, anteriormente mencionadas. Em 1960 (B), a mesma edificação central, robusta, em alvenaria, com janelas simetricamente distribuídas e telhado de inclinação acentuada, é mantida. As imagens C e D, demonstram a consolidação definitiva do quartel como elemento naturalizado da paisagem urbana, apesar das transformações no entorno e da consolidação da cidade, a estrutura permanece praticamente inalterada.

O que se apresenta como progresso e ordenamento urbano revela-se como permanência da violência institucional, na qual a ruína do passado não desaparece, mas persiste sob novas formas. Invisíveis nas imagens, mas centrais na história do lugar, estão os sujeitos subalternizados cujas trajetórias deram origem ao bairro da Arigolândia, formado à margem desse mesmo aparato estatal. A Figura 06 apresenta o bairro Arigolândia e seu entorno imediato, destacando, por meio da letra A, a localização do antigo campo de concentração e atual 1º Batalhão da Polícia Militar. O mapa evidencia os limites territoriais do bairro, sua relação direta com o Rio Madeira e a inserção da área na malha urbana da cidade, além da permanência do uso institucional no mesmo território.



Figura 06: Bairro Arigolândia, Porto Velho (RO). Fonte: das autoras⁸, janeiro de 2026

⁸ Mapa concebido pelas autoras e elaborado por Charles da Silva Barata, a partir de dados do Geoportal da Prefeitura de Porto Velho, OpenStreetMap (licença ODbL 1.0) e imagem de apoio do Google Earth. Dados e montagem temática georreferenciados nos softwares Global Mapper v. 26.10 e QGIS Desktop 3.40.

O “Arigó”: do estigma ao protagonismo

A análise do termo “arigó” revela como a identidade desses migrantes foi sendo construída entre a estigmatização e resistência. Dentre tantas histórias explanando o termo “arigó”, encontra-se o relato de que a palavra é uma gíria depreciativa para denominar o imigrante cearense (Benchimol, 2010) ou que o nome vem de “uma ave que faz zuada”, e os nordestinos eram assim chamados porque chegavam aos montes e faziam tendas no local onde hoje se localiza o bairro Arigolândia (Santos, 2015).

Complementando, Domingues Teixeira (2020) elucida que a palavra remetia à ideia de aves migratórias que, ao pousarem em bando sobre plantações, causavam destruição, numa metáfora associada ao desembarque coletivo e tumultuado desses trabalhadores nas cidades ribeirinhas. Em diferentes contextos, a expressão também assumia o sentido de migrante temporário — sendo chamada de “arigó” a pessoa que parte e de “paroara” aquela que retorna — além de ser vinculada a qualificativos como sertanejo rústico, simplório ou grosseiro.

Para além da etimologia, Benchimol (1992) captura a dimensão social e quase mitológica que o termo assumiu no imaginário local. O autor incrementa que o termo foi usado para denominar uma leva específica de migrantes cosmopolitas e urbanizados que, a partir de 1943, vinham dos centros urbanos para a Amazônia atrás do ouro branco, para se aventurarem, estimulados pelas passagens gratuitas dos navios, por promessas de governo, anúncios dos centros de imigração e recrutamento ou ainda, para fugirem da convocação para a Força Expedicionária Brasileira que lutava na Itália. Esse contingente, constituído por homens solteiros, desempregados e sem profissão definida, recebeu o apelido de “arigós” e eram reconhecidos de longe pelos seus gestos, modos de falar, andar e vestir, uma vez que circulavam em bando em busca de emprego, comida, dinheiro, festas, entre outros. No geral, o autor cita que tudo que acontecia de ruim era culpa do “arigó”. Nesse contexto, um migrante baiano entrevistado pelo autor supracitado expressa uma ironia inteligente:

Nunca vi um santo mais falado que o "arigó" nesta terra. Tudo que se faz por aqui põem a culpa em cima do "arigó". "Arigó" faz milagres. Está em toda a parte. Não há pouso que não tenha um. É um santo danado de desordeiro. As mulheres daqui respeitam o "arigó" como se fosse um santo. Rezam quando os vêem passar aos bandos pelas ruas". [...] "Arigó", santo do céu, bicho que faz milagres, santo-desordeiro e valentão, protetor-das-mulheres e dos lares." Benchimol (1992, p. 245)

Essa percepção social se concretizava no que Benchimol (1992) definiu como um comportamento específico. Esses migrantes tinham o que o autor chamou de “comportamento arigó”, que se caracterizava “pela renúncia ao sedentarismo urbano, ao enraizamento rural, à comodidade e aos divertimentos da cidade, ao desprezo pela atividade agrícola do maior esforço e aceitação instantânea de uma vida cheia de peripécias, de correrias e viagens, inquietação e movimento.” (Benchimol, 1992, p. 244). Muitos destes julgavam-se deserdados da sorte, sentiam-se como vítimas de um destino ingrato, enquanto outros se sentiam felizes por poderem conhecer essas terras (Benchimol, 1992).

Mais do que uma categoria social, o termo acabou por definir uma posição de resistência. O mesmo autor ainda menciona que no ano de 1944, milhares de nordestinos regressaram ao lar, estimulados pelo verde e pela chuva que havia voltado ao sertão. Entretanto, muitos deles estavam

tão pobres ou mais pobres do que haviam saído, além de doentes, cheio de filhos e desiludidos. Outros tantos, quando envergonhados de retornar nessas condições, abandonaram os seringais endividados e rumavam para cidades como Rio Branco, Manaus, Santarém, Belém e Porto Velho, onde se afavelavam, ou rumavam para pequenos vilarejos e cidades do interior para recomeçarem a vida. “Foram eles, os “arigós”, os insubmissos, os rebeldes, os contestadores que se recusavam a partir para morrer à míngua no “front” seringueiro, entregues à sua própria sorte, na solidão da floresta.” (Benchimol, 1992, p. 230).

Resultados e discussões

Fusão e resistência criam uma nova identidade

Para além da experiência individual dos migrantes, formou-se uma identidade coletiva que sintetizou essa trajetória de adaptação e resistência na cidade de Porto Velho, ainda no I Ciclo da Borracha. Santos (2015) disserta em sua pesquisa sobre a identidade cultural nordestina na localidade, destacando que, na diáspora nordestina ocorrida na região, estes sujeitos migraram fugindo da grande seca de 1877-1880, em busca de sobrevivência e trabalho. Abandonar essa condição e chegar em um espaço de clima tropical úmido foi uma das grandes dificuldades enfrentadas por esse povo que estava acostumado com a caatinga e secura, além das doenças tropicais e enfrentamento com nativos. Outrossim, os elementos culturais desses migrantes entraram em contato com diversas outras culturas trazidas por fluxos migratórios que estavam chegando para a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Dentre eles, africanos, barbadianos, alemães, ingleses, argentinos, bolivianos, italianos, etc. Em um território em período de invasão, a chegada de todo esse povo causa imensa transformação e uma miscelânea cultural.

A pesquisa de Santos (2015) revela como essa presença massiva terminou por se consolidar na identidade local, recuperando inclusive relatos históricos sobre os hábitos desses migrantes. Ainda no trabalho supracitado, o autor realizou entrevistas com moradores locais, e um deles relata que muitos nordestinos foram embora com o fim do I Ciclo da Borracha, mas que a grande maioria ficou e se estabeleceu, consolidando suas raízes neste novo lugar. Além disso, houve o 2º Ciclo da Borracha, onde a migração nordestina foi massiva no período da II Guerra Mundial.

Essa dinâmica de reconstrução identitária é analisada pelo referido autor a partir do conceito de hibridismo, onde analisa o processo de formação da identidade cultural nordestina em Porto Velho como resultado das experiências migratórias e das interações entre diferentes grupos sociais que se estabeleceram na Amazônia. Ao chegarem à região, os migrantes nordestinos buscaram reafirmar sua identidade coletiva por meio das semelhanças que os uniam, constituindo uma espécie de microcélula social que lhes permitiu enraizar e reconstruir seus vínculos culturais em meio às diferenças locais. Essas relações produziram um complexo cultural marcado pela coexistência de homogeneidades e heterogeneidades, no qual costumes e tradições foram constantemente transformados e recriados a partir da memória coletiva e das trocas entre os grupos (Santos, 2015).

A diáspora nordestina, nesse sentido, implicou uma dupla dinâmica: de um lado, a perda simbólica das origens; de outro, o esforço de reconstrução da identidade em um novo território, onde a cultura local atuou como mecanismo de acolhimento e preservação das tradições. Esse movimento contínuo de assimilação e ressignificação contribuiu para a reelaboração simbólica da identidade nordestina, expressa, sobretudo, nas manifestações culturais como o boi-bumbá (Santos, 2015).

Por fim, o autor observa que essa identidade é produto do hibridismo característico da sociedade pós-moderna, influenciada por fatores sociais, políticos, econômicos e culturais diversos. As transformações intensificadas a partir da década de 1960, com a abertura da BR-029 e a ampliação das conexões com o Centro-Sul do país, promoveram uma reconfiguração dos hábitos e das práticas culturais locais. Assim, a identidade nordestina, antes associada apenas à tradição do boi-bumbá, passa a representar também um componente essencial da identidade porto-velhense em constante reconstrução.

O apagamento como projeto contínuo: classe, raça e colonialismo

Rita Velloso (2022) aponta que de/descolonizar o urbano, é compreender que nas periferias — e nesse caso a Amazônia entendida como periferia do Brasil — existe uma potência para elaborar respostas críticas por meio de formas de luta e resistência. A produção do espaço que se faz nos territórios de periferia ocorre por uma produção de emergência que faz com que se realize, externamente aos espaços institucionais como técnicos ou acadêmicos, um somatório de ações, engajamento político e ativismos. A isso a pesquisadora vai chamar de “energias insurgentes”.

Ao pensar na construção do legado da identidade dos arigós e na produção do bairro da Arigolândia, o que se deseja ao dialogar com Velloso (2022) não é focar apenas na dominação colonial e na violência do Estado à qual essas pessoas foram submetidas. O objetivo é pensar suas formas de resistência, tentar compreender que foi por meio da construção coletiva, da coesão social (sobretudo com outros grupos nordestinos) e do seu pertencimento ao bairro da Arigolândia, bem como da produção de uma vida comum, que se tornou possível não apenas a sua sobrevivência, mas também a demarcação no território. Por meio da toponímia e da cultura, eles marcaram a memória de seu legado de vida num projeto de Estado-nação e de proteção das fronteiras que tinha por herança apenas a barbárie, evidenciando, por suas ações, a resistência em ser apenas aquilo que o projeto colonial desejou fazer delas.

É preciso compreender que o adentramento nos territórios amazônicos é parte do mesmo projeto de exploração de riquezas expansão comercial. Para produzir o espaço urbano no sistema capitalista, o racismo opera como uma tecnologia de subalternização, permitindo o uso e o abuso dos corpos de homens e mulheres capturados por essa lógica, conformando a própria produção urbana no país (Velloso, 2022).

Porto Velho, bem como todas as outras cidades e territórios no Brasil, foi pensada, projetada e construída de acordo com os desejos dos poderes coloniais, fosse pela produção de novos espaços ou pela subjugação de espaços pré-coloniais consolidados. Ainda analisando esse território à luz de Velloso (2022), observa-se que essa estrutura demarca os sujeitos pela diferença, autorizando que sejam tratados como objetos, coisas ou mercadorias. Foi esse tratamento que permitiu que os arigós fossem colocados à margem no passado, e é por meio do apagamento histórico e cultural que, na continuidade do pensamento colonial, eles seguem minimizados na produção do espaço e na identidade local no presente.

Escovando a história à contrapelo: o protagonismo subalterno

Com base em Fonseca (1933 apud Santos, 2015), descrevem-se os hábitos alimentares dos arigós e até os nomes característicos dados aos seus cães, como Ventana, Dragão e Rompe-Rasga, que refletiam seu temperamento. Outro entrevistado retrata a grande influência dos nordestinos na formação cultural da cidade, enfatizando que a permanência destes estabeleceu tradições como

boi-bumbá, quadrilhas e outras danças, além hábitos alimentares, vestimentas, sotaques, gírias e jargões. O entrevistado também destaca o modo como este povo se relaciona com muita proximidade, considerando todos como família.

Ao pensar a produção cultural nordestina no meio da Amazônia, o que se deseja é compreender as reminiscências do processo de resistência à assimilação colonial imposta pelo Estado aos sujeitos do novo Estado de Rondônia, então Território Federal do Guaporé. Desse modo, é possível traçar um diálogo direto com o livro “Festas Populares no Brasil”, de Lélia Gonzalez (2024), que aponta não apenas o protagonismo da população negra, e principalmente das mulheres, mas a produção da cultura como um espaço de observação e disputa, no qual o escravizado pôde imprimir as suas marcas na cultura do colonizador. É na produção das festas populares e da chamada cultura brasileira que é possível revelar as marcas da africanidade que constitui essa cultura.

Para Lélia Gonzalez (2024), lida por Raquel Barreto no prefácio do livro, a cultura brasileira- essa que deu origem às festas populares, são calcadas nas matrizes dos povos africanos, indígenas e europeus, mas que em um “complexo processo de interinfluências, fizeram dela algo peculiar, de diferente de cada uma delas” (Gonzalez, 2024, p. 31). Ou seja, é preciso pensar que o boi-bumbá que se manifesta culturalmente em Porto Velho é diferente dos manifestados individualmente em cada estado do Nordeste, porque na Amazônia essas experiências foram amalgamadas no espaço de resistência urbana.

O Boi-Bumbá que se pratica na cidade de Porto Velho não é o mesmo, e vai ser atravessado por muito mais influências indígenas e com a participação e inspiração de etnias que não existem no Nordeste do país. É importante ressaltar que, a partir do texto de Raquel Barreto no livro de Lélia (2024), essa necessidade de nomear manifestações culturais não europeias com cultura popular ou folclórica, com sentido depreciativo, ou de valor menor, se dá exatamente por ser fruto da presença negra e indígena. É uma tentativa de apagar a contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do indígena na formação e constituição da cultura brasileira. Para a autora o exercício de produção e reprodução da cultura popular é um empreendimento de mediação dos mundos: de um lado um mundo branco e de outro um mundo de matrizes africanas e indígenas. Nesse caso específico são articulados ainda dois outros mundos: de um lado o nordestino e de outro todo um novo mundo amazônico a ser reinterpretado pela cultura popular.

O primeiro Boi-Bumbá a ser brincado em Porto Velho, segundo Santos (2015), remonta os anos 20 na Vila de Santo Antônio⁹ e se chamava Sete Estrelas. Posteriormente, em 1922 os registros históricos vão dar conta do Prata Fina e do Caprichoso. E nas décadas de 40-50, os grupos Estrela Dalva e Nova Letra. É importante pontuar que dentro da dimensão territorial a brincadeira não acontecia no bairro da Arigolândia, mas se estendia para os bairros Triângulo, Mocambo, Baixa União, Olaria, Areal, Km 1, Santa Bárbara, entre outros. Estes são também bairros tradicionais de Porto Velho que possuem origem nordestina e que serão posteriormente abordados e melhor estudados em outros trabalhos. No momento basta dizer que durante os anos de 1950 a 1960 o boi-bumbá passou por uma expansão vertiginosa que chega ao seu fim durante o período da ditadura civil-militar no Brasil a partir de 1964.

⁹ A Vila de Santo Antônio ou Vila de Santo Antônio do Rio Madeira foi uma região importante no antigo Território Federal do Guaporé, por ser um ponto estratégico de atracamento de navios e de concentração de extração de borracha. Neste local ocorreram as primeiras tentativas de construção da EFMM para escoamento do ouro branco. Hoje, a antiga vila constitui o bairro denominado “Militar” na cidade de Porto Velho/RO.

Segundo relatos compilados na dissertação que serve de base bibliográfica para este artigo, afirma-se que a cultura popular e o boi-bumbá não foram diretamente perseguidos pela ditadura, nem sofreram censura ideológica. No entanto, sustenta-se que a “brincadeira” foi proibida nas ruas sob uma justificativa de preservação da ordem pública, visando prevenir outras mortes como já havia acontecido anteriormente. Essa proibição acabou por tutelar os grupos populares, restringindo suas apresentações ao ambiente privado e, preferencialmente, diante de autoridades militares e em suas respectivas residências. Como desdobramento, houve toda uma política que marginalizou essas expressões culturais, associando-as a uma população simplificada, empobrecida e privada de acesso à instrução formal.

É possível afirmar que é, no mínimo, cínica a alegação de que o Boi-Bumbá não foi proibido. Essa conclusão baseia-se nos argumentos frágeis e pueris que os fez sair das ruas, somada, convenientemente, a uma máquina de propaganda que induziu a população local atrelar a pobreza e a falta de classe e de educação à brincadeira e à cultura popular e ao Boi-Bumbá. Tais argumentos foram movidos por preconceitos de classe e de raça, de modo que essa cultura “coincidentemente” só voltou a poder ser manifestada em meados da década de 1980. Esse retorno ocorreu paralelamente ao processo de redemocratização, que permitiu também a organização do tradicional Arraial da Flor-do-Maracujá em 1983, tópico que também será desvelado em um trabalho posterior como prática de resistência cultural e popular nordestina em Porto Velho.

Considerações finais

Este artigo buscou reescrever uma parte da história de Porto Velho a partir do bairro Arigolândia, tomando-o como território fundamental para compreender dinâmicas de poder, violência institucional e produção do espaço urbano no contexto do II Ciclo da Borracha. Ao deslocar a narrativa oficial e privilegiar as experiências dos arigós, foi possível perceber como processos globais, nacionais e regionais se materializaram em escalas locais, produzindo efeitos duradouros na configuração da cidade e na trajetória de seus habitantes.

A análise do surgimento do bairro, inicialmente como campo de concentração e, posteriormente, como bairro popular, demonstra, a partir de uma pequena escala, que a ocupação da Amazônia e a expansão urbana de Porto Velho não ocorreram de forma espontânea, mas a partir de ações estatais planejadas, orientadas por interesses geopolíticos e econômicos. Nesse processo, foi possível verificar como a normalização de práticas de exceção, como confinamento, vigilância e militarização do território foram incorporados como instrumentos legítimos de ordenamento urbano e social. A permanência da mesma estrutura edificada, desde o campo de concentração, passando pelo Quartel da Guarda Territorial e hoje abrigando a Polícia Militar, juntamente com uma história que não é contada, demonstra, de certa forma, a continuidade dessas práticas ao longo do tempo.

Ao observar esse território em diferentes temporalidades, torna-se possível perceber como o passado não se encerra, mas permanece operando no presente. O que se apresenta como progresso e institucionalização do espaço urbano carrega, em sua base, experiências de sacrifício e exploração, sobretudo de corpos reduzidos à força de trabalho e disciplinados pela ordem estatal, cujas histórias foram sistematicamente silenciadas nos registros oficiais da cidade.

Entretanto, é importante ressaltar que o bairro Arigolândia não pode ser compreendido apenas como território de hostilidade e violência. A permanência dos arigós na cidade revela estratégias de sobrevivência, adaptação e produção de práticas de pertencimento que se expressam na

constituição do bairro, na formação de redes de sociabilidade e na construção de práticas culturais e identidade próprias.

As manifestações culturais e as formas de sociabilidade analisadas ao longo deste trabalho evidenciam a cultura popular como espaço de mediação e afirmação frente às tentativas de controle e apagamento. A estigmatização histórica dos arigós e de suas práticas culturais revela como classe, origem regional e território se articulam na produção de hierarquias urbanas, ao mesmo tempo em que expõe os limites das políticas de integração e modernização implementadas pelo Estado.

Ao inserir a Arigolândia no debate sobre territórios, escalas e temporalidades, este artigo contribui para ampliar a compreensão da formação urbana amazônica, evidenciando que a cidade é resultado de processos históricos desiguais, marcados por conflitos e disputas. Reescrever parte dessa história a partir de sujeitos historicamente marginalizados não significa apenas recuperar memórias esquecidas, mas tensionar as bases sobre as quais se construiu Porto Velho, reconhecendo o território urbano como espaço simultâneo de violência e resistência.

Cabe ainda destacar que este trabalho se constitui como um esforço inicial de leitura e interpretação de um território historicamente pouco documentado. A escassez de registros sistematizados, a fragmentação dos acervos e a predominância de arquivos pessoais ou de difícil acesso — inclusive quando vinculados a instituições públicas — configuraram desafios centrais ao desenvolvimento da pesquisa e evidenciam a ausência de políticas contínuas de preservação e manutenção da memória local.

Nesse sentido, ao articular imagens de memória coletiva e registros não convencionais, este estudo buscou recompor fragmentos da história urbana da cidade, a partir de um território específico, apontando tanto aquilo que foi documentado quanto os silêncios e lacunas que revelam processos de apagamento e naturalização de determinadas experiências sociais e espaciais.

Por fim, esse trabalho se apresenta como ponto de partida para investigações futuras sobre os processos de expansão e consolidação urbana de Porto Velho. Embora reconheça a relevância de múltiplas correntes migratórias na constituição da cidade, propõe-se, como recorte analítico a ser aprofundado, o estudo das migrações nordestinas em períodos posteriores, e sua relação com a formação de outros bairros e com a produção de práticas culturais e formas de sociabilidade que continuam a atravessar essa cidade. A trajetória da Arigolândia, nesse sentido, oferece um referencial para compreender como esses processos se atualizam no tempo e seguem estruturando a cidade.

Referências

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. 2.a ed. revisada. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus: Imprensa Oficial, 1992

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232



BORZACOV, Yêdda Pinheiro. Os Bairros na História de Porto Velho. Porto Velho: Porto Madeira Gráfica & Comunicação Visual, 2016.

DOMINGUES TEIXEIRA, Marco Antônio. Arigós em Porto Velho: a construção da ordem e da estratificação social a partir da violência institucionalizada pelo Estado. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, v. 9, n. 18, p. 186-219, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Festas populares no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acervo dos municípios brasileiros: Aeroporto [do Caiari]: Porto Velho, RO, 19--. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=442501>. Acesso em: 7 jul. 2025.

LIMA, Abnael Machado de. Terras de Rondônia: geografia física e humana. 2. ed. [S.l.: s.n.], 1991.

LIMA, Abnael Machado de. Porto Velho: de Guapindaia a Roberto Sobrinho (1914- 2009). Porto Velho: IHG/IPARI, Primor, 2012.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Soldados da Borracha: das vivências do passado às lutas contemporâneas. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LIMA, Jória Baptista de Souza. Perspectiva pos-colonial do processo de colonização do Território do Guaporé durante a segunda guerra mundial, analisado a partir de cartas trocadas entre o piloto norte americano McHenry e Aluizio Ferreira. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, RO, 2019.

MEDEIROS, Edilson Lucas de. Rondônia: terra dos Karipunas. 1. ed. Porto Velho, RO: Rondoforms Indústria Gráfica Ltda., 2003.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA (PMRO). 1º Companhia PM, criada em 1977. Museu Virtual da PMRO: Revolução de 1964. Disponível em: <https://photos.google.com/share/AF1QipNNmgiaOkz7ibjJlrIgE0ZuV07B9FM8SiKL9RCdOQZD1NqMjLei4NMUIRRb9qsgMg/photo/AF1QipN5oMpqr08A5lop0k03gjfe1liVzId8pUg1Kcc?key=bE53YlJaa1ZvcGM1Q2k2Z2dXZk85NE9XTldHSDBB>. Acesso em: 4 ago. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA (PMRO). Quartel Geral da Guarda Territorial na década de 1960. Museu Virtual da PMRO. Disponível em: <https://museu.pm.ro.gov.br/revolucao-de-1964/#jp-carousel-4004>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SANTOS, Josimar Batista dos. Boi-bumbá: tradição da comemoração da identidade cultural nordestina em Porto Velho-RO. 2015. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Ana Cristina Lima Barreiros da. O Centro Histórico de Porto Velho-Rondônia. Patrimônio (In) Visível Da Cidade: Pequenas Concessões Ao Passado. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

SILVA JUNIOR, Tarciso Pereira. A História dos Heróis da Terra de Rondon: A Guarda Territorial. Cacoal: Priint Impressões Gráficas, 2021.

VELLOSO, Rita. Urbano-Constelação. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022.